



Ata da Audiência pública sobre a “Proposta de Novo Limite do Parque Estadual Juquery”, de responsabilidade da Fundação Florestal, realizada em 20 de setembro de 2012, na cidade de Franco da Rocha.

Realizou-se, no dia 20 de setembro de 2012, às 17 horas, no Auditório do Núcleo de Educação Ambiental do Parque Estadual do Juquery, Rua Miguel Segundo Lerussi, s/nº, Parque Industrial, Franco da Rocha/SP, a audiência pública sobre a “Proposta de Novo Limite do Parque Estadual Juquery”, de responsabilidade da Fundação Florestal. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; das entidades da sociedade civil – nas pessoas dos Ilustríssimos senhores Alan Duarte Ferreira, representante do Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana, de Franco da Rocha; e Edson Pereira Mattos, representante da Associação de Moradores de Vila Ramos, em Franco da Rocha –, dos órgãos públicos – na pessoa do Ilustríssimo 1º Tenente João Paulo Máximo, do 26º Batalhão da Polícia Militar de Franco da Rocha; dos representantes do Ministério Público, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre a “Proposta de Novo Limite do Parque Estadual Juquery”, de responsabilidade da Fundação Florestal. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA, mas que no entanto nenhum conselheiro se encontrava presente até aquele momento. Esclareceu que, além destes, compunha também a Mesa um representante ou da área de licenciamento ou da área responsável pela proposta que está sendo discutida, e convidou para tomar assento à Mesa dos Trabalhos a Diretora da Unidade de Conservação da Fundação Florestal-Região Metropolitana, Anita Correia de Souza Martins. Não havendo inicialmente quem desejasse se pronunciar, passou-se a palavra à gestora do Parque Estadual do Juquery, Aparecida Pereira, que antecipou que a proposta que seria em seguida apresentada, e através da qual se buscou ampliar os limites do Parque Estadual do Juquery, resultou de estudos que por sua vez tiveram por base um parecer técnico sobre o tema. Informou que procederá à apresentação em colaboração com a geógrafa e pesquisadora do Instituto Florestal Kátia Mazei, a quem passou a palavra. Esta pautou sua explanação numa contextualização dos resultados a partir da utilização de ortofotocartas e da tecnologia de geoprocessamento. Situou historicamente os limites do Parque, detalhou sua evolução e dissecou os critérios adotados na proposição de sua alteração. Enfatizou as qualidades específicas do Parque, elementos justificadores de sua ampliação, e ressaltou a presença, ao longo de sua extensão, de grande número de fragmentos de Mata Atlântica. Ponderou que a proposta resultou do cotejamento das características deste com as de outros parques similares na mesma faixa territorial, destacando sua particular posição em meio aos demais, e minudenciou o inventário florestal da região, fartamente enriquecido por números e dados pertinentes à geografia local. Sempre fazendo uso de transparências, transmitiu com precisão a medida da ampliação pretendida, refletindo sobre os benefícios dela advindos. Discorreu sobre as áreas ocupadas precedentemente à criação do Parque, como um posto do Corpo de Bombeiros e uma penitenciária, sublinhando que, de acordo com a nova proposta, passam a constituir zonas de exclusão – e ponderou que muitas vezes, face aos resultados finais obtidos, e que do ponto de vista técnico, aliás, são muito pouco eficazes, de se demolir as instalações porventura existentes em determinada área, incorporando-as à floresta, julgava mais acertado, diante desses resultados, que se trabalhasse com os conceitos de inclusão e exclusão dessas áreas. Passou-se diretamente à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Alan Duarte Ferreira, representante do Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana, de Franco da Rocha, declarou que o organismo que representa integra há não pouco tempo o Conselho do Parque, e que o órgão que representa registrou, ao longo dessa participação, profícuos resultados, razão pela qual comemorava naquele momento a proposta de ampliação da área da unidade. Comentou haver ainda pessoalmente participado das discussões a respeito do Rodoanel Mário Covas-Trecho Norte, e que sustentou – como continua a sustentar – o pleito de se trazer à região afetada uma contrapartida condizente com o porte do empreendimento, e suscitou questionamentos acerca da conciliação entre a rodovia e área destinada à preservação. Declarou ao final que protocolava documento junto à Mesa Diretoria dos Trabalhos incorporando proposta pertinente, para oportuna apreciação pelo CONSEMA. João Paulo Máximo, 1º Tenente do 26º Batalhão da Polícia Militar de Franco da Rocha, indagou acerca da área ocupada pela corporação a que pertence, e que se localiza nos limites do Parque Juquery, se este lhe afetará de algum modo o uso e a destinação das instalações. Passou-se à etapa em que tem lugar os esclarecimentos e respostas da equipe responsável pela proposta. Aparecida Pereira, gestora do Parque Estadual do Juquery, comentou tramitar junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo processo que tem por objeto regularizar e tornar oficial a situação geográfica do Batalhão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

face ao Parque. Kátia Mazei, pesquisadora do Instituto Florestal, ressaltou, em complementação aos esclarecimentos prestados, que o estudo de exclusão tão-somente se presta, no caso em tela, a disciplinar a situação do complexo do Corpo de Bombeiros face ao Parque mediante o mapeamento técnico das áreas vegetadas e não vegetadas, e que, ainda sobre o caso específico a suscitar a dúvida, trata-se de uma relação de vizinhança. Edson Pereira Mattos, representante da Associação de Moradores de Vila Ramos, em Franco da Rocha, questionou se a área pertencente à escola local passaria a pertencer ao Município ou se, ao invés, seria transferida à Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Wilson da Silva Cardoso, morador de Vila Ramos, indagou se a cascata existente no Parque seria preservada, e se haveria solução praticável para os problemas gerados pelo assoreamento do Rio Juquery, que cruza a mesma região. João Vieira da Silva, morador do Município de Caieiras, perguntou se o mesmo Município contará com uma passagem direta para o Parque, como também se sofrerá alguma desapropriação em razão disso. Aparecida Pereira relatou haver encaminhado à instância competente proposta favorável à incorporação da área pertencente à escola à Secretaria do Meio Ambiente, posto que o imóvel foi em parte comprometido pelo assoreamento do Rio Juquery. Comentou a respeito que o DAEE, juntamente com a Sabesp, vem desenvolvendo trabalho de desassoreamento do rio, agora também no trecho que secciona Caieiras, e que ainda restava determinar, a partir de uma avaliação técnica, se a portaria de Vila Ramos permaneceria ou não aberta. Informou que não havia nenhuma cachoeira na região, mas apenas pequenas quedas d'água, e que a cachoeira de que se falava possivelmente seria uma outra, situada fora da área pertencente ao Parque. Informou por fim que a Fundação Florestal assinou um Termo de Cooperação com a Prefeitura de Caieiras para a implantação de um núcleo de visitação no Município de Caieiras, possivelmente contando inclusive com recursos provenientes da operação do Rodoanel Mário Covas. Anita Correia de Souza Martins, Diretora da Unidade de Conservação da Fundação Florestal-Região Metropolitana, enalteceu a importância do trabalho de levantamento de dados topográficos competentemente conduzido pelas equipes técnicas responsáveis, e ponderou que dessa forma e a partir da ampliação dessa Unidade de Conservação, lograva-se dar mais um importante passo na proteção desse bioma tão ameaçado – o cerrado. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, esclareceu que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tais contribuições deveriam ser encaminhadas ou pelo correio eletrônico, por meio do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br, ou através dos Correios ou, ainda, serem protocoladas diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência pública. Eu, Gerson Cotrim Filiberto, Executivo Público lotado no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.